

NGOENHA, Severino Elias. **Filosofia Africana**: Das Independências às Liberdades.

Maputo: Edições Paulistas – África, 1993.

Itélio Joana Muchisse¹

Valdimiro Morais²

RESENHA

Moçambique comemora 50 anos de independência e a África 65 anos. Mas, como falar de independência total em África, quando os sul-africanos [governo racista] tentaram e efectivaram, por algum tempo, a colonização da Namíbia? Quando abalavam os governos de Luanda e Maputo; do regime de Ian Smith que vitimizou Moçambique através de um conflito que foi além da sua jurisdição? Como falar de independência, quando estudos de riscos indicam que através do canal de Moçambique, este país entre em conflitos junto da França, que é um país europeu?

Moçambique engrenou a democracia e, segundo a apreciação cristã dos factos, cresceu uma geração. Assim mesmo, passados trinta anos, a primeira geração da democracia moçambicana é hoje acusada de contornos que dirigem a crise. A democracia Moçambicana é, já, um filho de trinta anos. Este tio é um ponto central entre os sobrinhos, nas conversas dos mais velhos. É um tio com muitos diplomas, mas não progrediu na carreira. É um tio que consegue manter pneus acesos na estrada, sobre alegações de verdade eleitoral porque, parece que o tio se envolveu em progressão não sectorial das funções públicas.

Alguns esperam que o tio seja enquadrado em qualquer função, desde que não se lhe fechem as portas. Para isso é preciso passar por aferir o tipo de paz conquistada em Moçambique. Moçambique conquistou uma paz negativa. Em parte destaca-se o resultado da escamoteação de narrativas em torno do que se conhece sobre uma certa historicidade. 20 anos depois do Acordo Geral de Roma, a RENAMO voltaria a desafiar o governo de Maputo, o que culminou com a empresa de ataques à civis e militares nos arredores da região central de Moçambique.

¹ Mestre em Direitos Humanos, Justiça e Paz pela Universidade Católica de Moçambique, Minerva Consultores, <https://orcid.org/0000-0002-2356-7267>, iteliobango@gmail.com

² Mestrando em Educação e Currículo pela Universidade Save, Ministério da Educação, <https://orcid.org/0009-0009-5962-5623>, valdimiromoraisvs@gmail.com

Passados 30 anos do Acordo Geral de Roma, pontos prévios não estão, ainda, finalizados. A RENAMO e o Governo já voltaram a negociar, sobre a paz, em 2014 e 2019, na liderança de Afonso Dlakhamá e Ossufo Momad, respectivamente. Por outro lado, existe desde 2017 aquilo que é conhecido como terrorismo transnacional. Isso adianta em alguns pontos sobre o quanto os moçambicanos estão disponíveis para a paz.

O discurso de Severino Ngoenha inicia com a autoridade de um pai instrutor que passa lições antes das eleições em Moçambique. Sem excesso de zelo, depois delas ele retorna. Trata de Severino gostar de Booker Washington. A partir daqui, o que fazer?

Washington coloca no debate o facto de Moçambique não possuir instituições seguras, entre outras dificuldades como a má gestão do erário e a miséria antropológica. Moçambique é apontado como um dos países no ciclo da miséria, onde mais da metade da população passa fome. Por outro, a agressão militar por parte de grupos de forças transnacionais, que não são de ordem estatal, se soma ao crime organizado e ao terrorismo transnacional no Norte. Crescem em número e intensidade os raptos, assassinatos, tráfico de drogas, órgãos e seres humanos.

Booker Washington questionaria, mais uma vez, o que fazer quando um país paira entre os mais pobres do mundo? Quando o país é afectado por eventos naturais intermitentes, tais como o Ciclone Dineo (2017), Idai e Kheneth (2019), Ciclone Tropical Gombe (2022), Eloise, o El Niño etc.?

Que lições para a democracia quando, depois de uma geração, entre 2023 e 2024, os moçambicanos tiveram de recorrer ao terceiro poder para confirmar a vitória nas eleições e as principais recomendações a tomar em conta. Diga-se: rectificações. Sobre o que os moçambicanos decidiram, houve outras decisões. As manifestações de 2024, em particular, tiveram entre 300 ou 350 a 400 mortos ou mais, mais de 4 milhares de detidos e outros alvejados, entre eles aleijados. São acções envolvidas em torno da legitimidade democrática, 30 anos depois.

É preciso invocar o devir histórico, evitar que os erros voltem a ser cometidos, pois “se não tivermos domínio sobre a nossa realidade cultural, não nos será possível ser fautores do nosso futuro, arriscamos ser uma vez mais vítimas da nossa história e do nosso próprio destino” (Ngoenha, 1993, p. 99).

O que é escolher com sabedoria, se não ter condições para abdicar ou não abdicar do sufrágio com razões autónomas e plausíveis? Será que os moçambicanos escolhem com sabedoria ao abdicar o votar, em massa? Em 1994, segundo se aponta, a votação foi acima de 80%. Hoje tribunais decidem e rectificam dados eleitorais, pessoas enchem à rua e manifestam contra resultados eleitorais, onde alguns são mortos.

Será verdade, tudo que dizem sobre os africanos? Ilógicos? Gananciosos? Ou os africanos aprenderam esses ânimos e acreditam que para ser africano é preciso encarnar por tais virtudes? Os trinta anos da democracia Moçambicana são marcados pelo regresso às hostilidades, sem profecia, nem utopia. Foram feitos da RENAMO contestando os resultados eleitorais. Como pensar em futurologia em tais circunstâncias, onde parece que quanto mais se avança mais riscos vão sendo criados para a democracia local?

Moçambique é um dos Estados Frágeis da África Oriental, assolado por calamidades naturais como ciclones e estações secas. O desenvolvimento e acesso aos principais serviços são distribuídos de maneira bastante assimétrica. Esses serviços são mais representativos nos centros do poder político e económico.

Os governos tendem a adoptar políticas exógenas em detrimento de auscultar os interesses dos cidadãos. Mesmo assim, define-se que o investimento do sector privado é de fundamental importância para o desenvolvimento da cadeia de valores interna (Castel-Branco, 2011)ⁱ. Contrariamente aos interesses dos africanos, o Ocidente tem contribuído para criar o subdesenvolvimento programado, por isso a necessidade de se repensar os problemas dos africanos, e dos moçambicanos em particular. Depois da Guerra Fria, potências internacionais têm se encontrado em interesses divergentes, mesmo assim em desvantagem dos interesses locais (Schützer & Antunes, 2019)ⁱⁱ.

Apesar de um potencial para o rápido desenvolvimento de países da África Subsaariana existem inibidores para o desenvolvimento, como as capacidades do Estado interna e externamente e a fraqueza das políticas governamentais; crescimento de regulações e práticas empresariais e em oligarquias que não observam os critérios de ética e honestidade (Herrington & Coduras, 2019)ⁱⁱⁱ.

A questão do desenvolvimento está directamente ligada à administração da legislatura, uma vez que a fraca partilha dos recursos advindos do erário está condicionando para que o desenvolvimento não seja equitativo, uma vez que determinados grupos são excluídos das Agendas do Estado, os minoritários. Em África, o problema da orientação das políticas é o maior inibidor ao desenvolvimento sustentável

A primeira grande liberdade para os países africanos é a antropológica e de consciência, de modo a definirem o seu espaço no globo. Para tal, é preciso que os africanos sejam claros nos seus objectivos ao aderirem para uma opção de desenvolvimento. É preciso encontrar a liberdade e o respeito pelos direitos humanos num estado de direito plural. A lei por si, não garante o alcance dos referidos objectivos. Nessa democracia, a população e outros tipos de forças como a oposição devem possuir informação relevante, independência financeira, variedade de canais de veiculação de informação. Como aponta Dahl (2012)^{iv}, a democracia não se limita ao voto.

Clarificar as políticas públicas, usualmente em documentos legislativos, não é somenos importante, dado que facilita o acesso dos planos do Estado e do Governo para as pessoas. Igualmente, as forças de oposição e de pressão ao Governo devem ser representativas, como se fez menção, que é para terem a reunião e opinião garantida.

A filosofia é, fundamentalmente, uma disciplina teórica. Para Ngoenha (1993), ela tem a função de criar utopias para um futuro melhor. É tarefa da filosofia encurtar as distâncias entre o ideal e o real, isto é, tornar inteligíveis determinadas possibilidades de modo a criar-lhes um espaço para poderem actuar, onde, tal actuação deve estar voltada ao futuro melhor. Tal como defendia Voltaire em 1759^v, é preciso que a filosofia se volte a abrir espaços para tornar viável o “cultivar nosso jardim”.

O processo do cultivo não é imediato, uma vez que os frutos cultivados devem ter um período de reprodução. É nesse contexto que Ngoenha (1993) volta a sua teoria para o futuro, como um projecto que ainda se está por fazer, as acções que poderão ter um impacto significativo no futuro têm a sua raiz num determinado presente, onde, é preciso compreender todas as dificuldades ou desafios que afiguram uma determinada circunstância específica, neste caso a moçambicana. Deste modo, o que se pretende

aqui, é fazer uma apreciação, isto é, analisar a actualidade da obra de Ngoenha face aos desafios actuais, não obstante, aos objectivos com que a obra foi escrita.

Ngoenha (1993: 12, 146, ss.) defende a necessidade de se pensar no futuro, onde, a questão deve ser virada à orientação que permita saber quais são os instrumentos de que se serve o filósofo para pensar o futuro. Será a profecia, a utopia ou a futurologia? Para que o filósofo tenha uma contribuição significativa é pertinente a necessidade de se livrar do misticismo sobre o qual a filosofia africana foi concebida; antecipar os problemas que se afiguram como possíveis para o contexto sobre o qual ele está inserido, influenciar o curso do futuro de modo a torná-lo mais favorável ao desenvolvimento humano.

Ngoenha defende a meritocracia, onde a base é o Distrito. Nele, o indivíduo investe a sua intervenção e cria alternativas significativas. Onde ele atinge primeiras posições ou reconhecimento.

Ninguém deveria poder apresentar-se à província como candidato a uma função pública, sem ter dado provas, no distrito, da sua dedicação ao serviço público, ao bem comum, à moralidade e à ética axiológica do grupo. Como ninguém deveria poder apresentar-se às eleições nacionais sem ter passado antes pelas instâncias precedentes (Ibid. 161).

Aqui, “a auto-gestão traduz uma opção fundamental em favor da liberdade”, “as províncias são federações de distritos, a nação será uma confederação de províncias”. Sem descurar o pluralismo, é de suma importância “a assunção de estruturas políticas, e administrativas já consolidadas, e transformá-las em bases jurídicas que garantam ao mesmo tempo, a liberdade, a democracia e a paz; condições para dar ao povo um papel dinâmico na história, que lhe é negado há muitos séculos”, de modo a garantir a “participação” de todos “da obra comum”, a “descentralização das ordens jurídicas”, observando o “respeito pelas diferenças” na perscrutação de “um objecto comum” (Ibid. 162).

Em 2019, realizaram-se as primeiras eleições para os “Governadores Provinciais”, repetidas em 2024. Essa é uma disposição positivada pela Constituição de 2018, a mesma que positivou a eleição dos “Administradores Distritais” para 2024. Por seu turno, a eleição dos Administradores foi acautelada na revisão constitucional de Agosto de 2023. Ainda não se dispõe das capacidades necessárias para suportar tal desiderato político.

[A] Função de arbitrar entre os interesses, os projectos, a assunção e, oxalá, a descoberta de novas técnicas; também de adaptá-las, emendá-las ou mesmo excluí-las em função da sua conveniência e objectivos comuns, sempre olhando e considerando como instrumento para o desenvolvimento das pessoas. Então, governar não será a arte de obrigar, mas de prever e orientar em consequência (Ibid. 165)

O insucesso das nossas políticas de desenvolvimento deve-se essencialmente ao não conhecimento ou ao desprezo dos nossos dados sociológicos, o que levou a conceber o desenvolvimento como uma simples modernização impulsionada do exterior e aplicada a modelos alógenos, e, por outro lado, na divisão do trabalho, num quadro de domínios sectoriais (económico, saúde, educação etc.), sem ter em conta que a divisão da realidade, ignora totalmente o carácter integrado das diferentes componentes da nossa sociedade (Ibid. 170).

Contrariando Margaret Thatcher, o modelo das IBW é mais um modelo de desenvolvimento na escala global. Existem várias outras possibilidades de as economias actuais se desenvolverem num mundo baseado na inovação, onde, a autonomia deve garantir a possibilidade de cada indivíduo desenvolver a sua comunidade, sem colocar em causa o bem-estar da maioria.

Em Filosofia Africana: Das Independências às Liberdades Ngoenha analisa o lugar de Moçambique na África que completa 30 anos de independência, assim como introduz a ideia de democracia no emergente debate filosófico, naquilo que mais tarde Filomeno Lopes (2018)^{vi} denominou por Escola Moçambicana de Filosofia.

Obra, que conta com uma terceira edição de 2018, foi objecto de análise em artigos, trabalhos de fim de ciclo de estudos e livros. Escrita no final do século XX, apresenta uma abordagem inovadora sobre os problemas sociopolíticos de Moçambique, nomeadamente, a fome, a guerra, a falta de transparência nas instituições públicas e políticas que consubstanciam na fraca participação eleitoral e as manifestações que costumam suceder esses exercícios de legitimação.

Sempre que necessário, os filósofos são chamados para iluminar o suporte epistemológico para a autonomia, isto é, propor contratos sociopolíticos, quer pelas circunstâncias, quer por outro poder.

Submetido em: 28/08/2025

Aceito em: 04/09/2025

ⁱCASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. *Desafios da Mobilização de Recursos Domésticos*: revisão crítica do debate. Cadernos IESE N.º 8. Maputo: IESE, 2011

ⁱⁱSCHÜTZER, H., & ANTUNES, D. L. África Subsaariana: arena internacional. *Sankofa* (São Paulo), 12(22), 2019, pp. 8-19

ⁱⁱⁱHERRINGTON, M. & CODURAS, A. The national entrepreneurship framework conditions in sub-Saharan Africa: a comparative study of GEM data/National Expert Surveys for South Africa, Angola, Mozambique and Madagascar. *J Glob Entrepr Res* 9, 60, 2019.

^{iv}DAHL, Robert. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

^vVOLTAIRE. *Cândido, ou sobre o optimismo*. s.l. s.d [1759].

^{vi}LOPES, Filomeno. *Filodramática*: Os PALOP, entre a filosofia e a crise da consciência histórica. Maputo: Paulinas, 2018.